

3

cadernos de
ética
em chave quotidiana

Interpelação ética das
mulheres que exercem
prostituição e são vítimas
do tráfico com fins de
exploração sexual



Fundación Europea para el
Estudio y Reflexión Ética

M^a LUISA DEL POZO
IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDENTOR

cadernos de
ética
em chave quotidiana

Interpelação ética das mulheres que exercem prostituição e são vítimas do tráfico com fins de exploração sexual

M^a LUISA DEL POZO
IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDENTOR



cuadernos de **ética** en clave cotidiana

COORDENADOR DE

“CADERNOS DE ÉTICA EM CHAVE QUOTIDIANA”

— Enrique Lluch Frechina

Professor na Universidad CEU Cardenal Herrera

CONSELHO ASSESSOR

— Rafael Junquera de Estéfani.

Facultad Derecho UNED (Espanha)

— Antonio Fuertes Ortiz de Urbina.

Investigador médico (Espanha)

— Luis Mesa Castilla.

Institución Juan XXIII de Granada (Espanha)

— Marta Iglesias López.

Asociación para la Solidaridad (Espanha)

— Jerónimo Peñaloza Bastos.

Reitor da Fundação Universitária San Alfonso (Colômbia)

REDAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO

Fundación Europea para el Estudio y Reflexión Ética

C/ Félix Boix, 13

28036 Madrid (Espanha)

www.funderetica.org | fundraising@funderetica.org

TRADUÇÃO

- Margarita Ganuza Alsasua

- Ana Margarida Pinto Gonçalves Ferreira

MAQUETACIÓN

- Heliadora Sánchez Briongos

DESIGN / IMPRESSÃO

- Mediación, imagen y comunicación

www.mediacioneimagen.com

DEPÓSITO LEGAL: M - 19204 – 2015

ISSN: 2341-0388

ÍNDICE

1. Introdução	5
2. O fenómeno da prostituição e o tráfico com fins de exploração sexual	7
2.1. De que é que estamos a falar? Reproduzir ou reinventar novas definições?	7
2.2. Emigração, tráfico de seres humanos, prostituição	8
2.3. Uma tentativa de esclarecimento:	10
2.3.1. O que é o tráfico humano	10
2.3.2. Tráfico ilícito de emigrantes	11
2.3.3. Prostituição	12
2.4. O paradigma da complexidade	15
2.5. Tentando uma aproximação	16
2.6. Falamos desde onde?	17
3. Interpelações éticas das mulheres	21
3.1. A visível invisibilidade: “querem que nos escondamos para pensar que não existimos”	22
3.2. Eu reclamo-te, sociedade!	25
3.3. Desde o fundo... Socorro, socorro, socorro; grito e ninguém me escuta.	28
3.4. Mesmas situações, outras perspectivas...	29

4. Algumas chaves para a interpretação	32
4.1. Desde a perspectiva dos direitos humanos	32
4.2. Direitos das mulheres e ética concreta	33
4.3. Um olhar antropológico	35
4.4. Uma abordagem de género	36
4.4.1. O estigma	37
4.4.2. Questões de linguagem	39
4.5. Um olhar crente	40
4.6. Um olhar desde o carisma Oblata	43
5. Sonhando futuros possíveis	47
5.1. Sem uma ética mundial não é possível uma nova ordem Mundial	47
5.2. E, entretanto, o quê?	49
6. Concluindo: A ESPERANÇA	55
7. Bibliografia	57

1. Introdução

No presente caderno “Interpelação ética das mulheres que exercem prostituição e são vítimas do tráfico com fins de exploração sexual” parto de um princípio: todos e cada um dos cidadãos e cidadãs de um país somos responsáveis da vida moral do mesmo e é isso que pretendo reclamar desde o começo. Somos mais que espectadores daquilo que está a acontecer no âmbito da prostituição e do tráfico de mulheres com fins de exploração sexual, ainda que admitindo que esta realidade na maioria dos casos é uma realidade invisível, silenciosa e silenciada.

Todos e cada um dos cidadãos e cidadãs de um país somos responsáveis pela vida moral do mesmo.

Como cidadãos e cidadãs que procuramos o bem comum, não podemos virar a cara para o lado, apoiar-nos no desconhecimento da realidade e, por sua vez, manter o imaginário coletivo, tantas vezes estereotipado e produzido frequentemente pelos meios de comunicação.

Se o mundo é nosso e estamos chamados e chamadas a construí-lo coletivamente, é-nos exigida uma atitude muito ativa e que pensemos que tudo o que fazemos ou deixamos de fazer não é indiferente e vai estar a favor ou contra uma sociedade mais ou menos justa e igualitária.

O papa Francisco, referindo-se ao tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, diz: É uma vergonha. Um crime contra a humanidade... Tem que haver uma tomada de responsabilidade comum e uma vontade política mais decidida para conseguir vencer este problema.

Na hora da abordar um fenómeno tão complexo como é o da prostituição, poderia surgir

a dúvida de se não estaremos diante de um feito impossível dado que, mesmo com todas as aproximações, com todos os estudos, com todas as tentativas e abordagens, os estereótipos vão passando de geração em geração e, ainda hoje, continua a ser uma questão pendente sem uma solução clara.

*A prostituição e
o tráfico
humano
continuam a ser
uma questão
pendente*

Este caderno pretende facilitar aqueles elementos que possam ajudar à reflexão e aprofundamento do tema da prostituição, e assim chegar a ter um posicionamento crítico e, por sua vez, contribuir e exigir, de acordo com os princípios da subsidiariedade e a participação de que nos fala a Doutrina Social da Igreja, as pautas necessárias para ir criando, entre todas as pessoas um futuro diferente.

O trabalho será dividido em quatro blocos:

O primeiro pretende uma aproximação teórica ao fenómeno da prostituição e sua vinculação com os movimentos migratórios e com o tráfico de seres humanos com fins de exploração sexual, tentando clarificar conceitos.

No segundo bloco, deixamos que seja a própria voz das mulheres que nos interpele através dos seus gritos da visibilidade e denúncia, através das suas situações existenciais e das suas reivindicações de direitos.

No terceiro oferecemos algumas chaves para a interpretação a partir de diferentes perspectivas: direitos humanos, direitos das mulheres e ética concreta, a antropologia desde o Evangelho e desde o carisma da Congregação à que pertencemos: Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, que tem como missão viver um compromisso solidário

com as mulheres que exercem prostituição no empenho de percorrer com elas um caminho de evangelização libertadora.

No quarto, vamos fazer a tentativa de desenhar algumas pistas baseadas na nossa proposta de intervenção, que, ao implicar todos os atores, consiga uma mudança pessoal e da sociedade no seu conjunto. E, concluindo, uma chamada à esperança.

*O caderno quer
ser uma chamada
à esperança*

O nosso agradecimento como Congregação, à Funderética por se oferecer para ser via para que as interpelações das mulheres que exercem prostituição e são vítimas de tráfico para exploração sexual, possam chegar a diferentes âmbitos da sociedade e da Igreja, e pela oportunidade que nos tem oferecido a nós. Esta reflexão tem sido mais um motivo para viver com renovada paixão o nosso seguimento de Jesus e nosso compromisso com as mulheres.

2. O fenómeno da prostituição e o tráfico com fins de exploração sexual

2.1 De que é que estamos a falar? Reproduzir, reinventar novas definições?

Existem muitas e variadas ideias preconcebidas sobre a prostituição. Isto é um indicador da dificuldade que supõe poder definir globalmente uma realidade que, quando se está em contacto com a mesma, nos diz que é mutável e permanente, desconhecida e criticada, utilizada e rejeitada, invisível e real, mas sempre interpelante. Se em geral, quando são tratados

alguns temas (sociais, culturais, religiosos, etc.) não se podem ter colocações indiscutíveis e absolutas, com certeza a prostituição é uma delas. Para uma realidade tão dinâmica e mutável, sobre a qual se fazem diferentes esboços ideológicos, legais e políticos, torna-se necessário resgatar de cada um deles, aqueles elementos que são compartilhados por todas as posições: combater a prostituição infantil, o tráfico de seres humanos e a exploração sexual no exercício da prostituição.

*É necessário
clarificar
conceitos para
poder defender
os direitos de
todas as
mulheres
implicadas*

Nos últimos tempos e, principalmente a partir da aprovação em Espanha do Plano Integral contra o Tráfico de Seres Humanos com Fins de Exploração Sexual no final de 2008 (e posterior reforma do código penal em 2010) parecia que o tráfico com fins de exploração sexual se tinha tornado moda: os termos da prostituição, tráfico e exploração sexual confundem-se no imaginário social, o que dificulta tanto a defesa dos direitos das mulheres que decidem exercer prostituição e pedem que seja reconhecida como um trabalho, como os das que são vítimas de exploração.

2.2 Emigração, tráfico de seres humanos, prostituição

A emigração dos países pobres para os países ricos tem existido sempre e na atualidade não só continua, como em alguns lugares vai aumentando. A globalização dos meios de comunicação que chegam até ao último canto do planeta, juntamente com outros efeitos positivos, difunde o sonho de uma forma de vida feliz nos

países ricos. Mas essas imagens pouco têm que ver com a realidade que vão encontrar as pessoas que empurradas pela pobreza ou a violência social e política dos seus países de origem, decidem emigrar à procura de uma situação melhor. O rosto enganoso do bem estar próprio dos países desenvolvidos converte-se para essas pessoas em exploração humilhações e perseguição legal.

O tráfico de seres humanos e a prostituição não podem desvincular-se desses movimentos mundiais de população, das correspondentes políticas migratórias dos países de origem, trânsito e destino e, em definitivo, das desigualdades sociais e económicas.

Este fenómeno não é novo, mas, atualmente está marcado por características peculiares como são: o género, já que atinge principalmente as mulheres como o setor mais vulnerável da povoação, no seu empenho por conseguir uma vida melhor para elas e para as suas famílias; e, por outro lado, a crescente desigualdade e pobreza social e económica das zonas mais desfavorecidas do planeta que se convertem, assim, num eficaz caldo de cultivo para o tráfico de seres humanos.

A prostituição tem evoluído na medida em que o têm feito a globalização e a conseguinte expansão do capitalismo em todos os setores, incluindo a indústria do sexo. Hoje, podemos dizer que a prostituição se tem convertido num consumo de massas gestado por “multinacionais” e o sexo sabemos que sempre tem sido uma garantia de lucros.

O tráfico de seres humanos e a prostituição não podem desvincular-se dos movimentos mundiais de população

O género e as desigualdades sociais e económicas, fazem aumentar as redes de tráfico de seres humanos

2.3 *Uma tentativa de esclarecimento*

O Protocolo para Prevenir, Reprimir e Sancionar a Trata de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (também conhecido como o Protocolo contra o tráfico ilegal de pessoas) é um protocolo da Convenção das Nações Unidas contra a Delinquência Organizada Transnacional. É um dos três Protocolos de Palermo; os outros dois são o Protocolo das Nações Unidas contra o Contrabando de Emigrantes por Terra, Mar e Ar e o Protocolo das Nações Unidas contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo adotadas pelas Nações Unidas em Palermo, Itália, em 2000. O Protocolo de Tráfico Humano entrou em vigor a 25 de dezembro de 2003 e em fevereiro de 2014 tinha sido já reafirmado por 159 estados.

2.3.1. O que é o tráfico humano.

Na definição que dá o Protocolo contra o tráfico humano aparecem três elementos importantes:

O tráfico humano pressupõe uma ação, alguns meios e uma finalidade de exploração.

- **Uma Ação:** captar, transportar, mover, acolher ou receber pessoas.
- **Alguns Meios:** recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade, ou à concessão ou receção de pagamentos ou benefícios para conseguir o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra.
- **Com uma Finalidade:** a exploração. A exploração pode incluir, no mínimo, a

exploração da prostituição de outros, ou outra forma de exploração sexual, trabalho forçado, ou serviços, escravidão, ou práticas similares à escravidão, servidão ou remoção de órgãos.

2.3.2. Tráfico ilícito de emigrantes.

O Protocolo das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de imigrantes por terra, mar e ar, foi adotado para prevenir e combater o tráfico ilícito de emigrantes, promover a cooperação entre os estados e proteger os direitos dos emigrantes traficados. Este Protocolo define “o tráfico ilícito” como:

- **Uma ação:** facilitar a entrada ilegal de uma pessoa num estado do qual dita pessoa não seja nacional ou residente permanente.
- **Uma finalidade:** obter um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material.

O tráfico ilícito de emigrantes não é o mesmo que o tráfico humano

Entre o tráfico humano e o tráfico ilícito de imigrantes há uma série de semelhanças e de diferenças. Vamos neste momento assinalar pelo menos três diferenças que são fundamentais na hora de identificar as possíveis vítimas:

- **Consentimento.** É no caso do tráfico ilícito de emigrantes; estes consentem no mesmo, ainda que muitas vezes seja realizado em condições perigosas ou degradantes. As vítimas do tráfico humano, pelo contrário, nunca deram consentimento, ou se o fizeram inicialmente esse consentimento tem perdido

todo seu valor pela coação, engano ou o abuso dos traficantes.

- **Exploração.** O tráfico ilícito termina com a chegada dos emigrantes ao seu destino, enquanto que o tráfico humano implica a exploração persistente das vítimas de alguma maneira para gerar lucros ilegais para os traficantes, pelo que as vítimas do tráfico humano são mais gravemente atingidas e requerem uma maior proteção.
- **Trans-nacionalidade.** O tráfico ilícito é sempre transnacional, enquanto que o tráfico humano pode ser que não seja. Este pode ter lugar independentemente de as vítimas serem movidas para outro país ou estado ou só deslocadas de um lugar para outro dentro do mesmo país ou estado.

2.3.3. Prostituição

Em relação à prostituição, de todas as definições existentes, incluindo a do dicionário da Real Academia Espanhola de Língua, ficaríamos com aqueles elementos comuns a todas as formas de prostituição, tanto as que permanecem no tempo, como às novas formas, incluídas as que são exercidas através da Internet. Todas têm em comum três elementos: sexo, atividade e remuneração. A combinação dos três elementos e as variações de cada um é o que nos aproxima da definição mais ajustada da prostituição.

Temos, pois, três conceitos, aos que teríamos que acrescentar mais um, contributo da reforma do Código Penal de junho de 2010: a exploração sexual que, não tendo sido definida

A correta identificação dos delitos é esencial para a proteção das vítimas e das suas famílias

convenientemente, na prática está a causar vários problemas na hora da identificação das vítimas do tráfico humano para exploração sexual.

É imprescindível, como já foi dito, ter clara, apesar das dificuldades, a identificação de cada um dos conceitos, com a finalidade de determinar em que medida a mulher que exerce prostituição estar a fazê-lo livremente ou, pelo contrário, ser uma vítima de exploração sexual do tráfico humano. A correta identificação é de tal modo importante, que disto pode depender a vida da vítima e da sua família. Contando com esta visão global, é necessário assinalar, que neste Caderno faremos referência unicamente a estes conceitos na medida em que estão relacionados com o exercício da prostituição.

Para começar, falar de prostituição é falar de uma atividade que pode ser exercida de forma livre ou forçada, enquanto que o tráfico humano com fins de exploração sexual e o tráfico ilícito de emigrantes, são delitos: o primeiro contra as pessoas e o segundo contra as leis dos estados. Até ao momento, e mesmo com os avanços realizados, não se tem conseguido um procedimento efetivo de identificação e proteção das vítimas.

Tendo em conta que o tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual é uma realidade dinâmica e os procedimentos e trajetos utilizados são mutáveis, é preciso avançar num exercício de revisão permanente de forma a obter uma visão o mais global possível e a não nos perdermos em aproximações parciais, pouco úteis para uma intervenção posterior.

A prostituição é uma atividade não criminal enquanto que o tráfico humano e o tráfico ilícito de emigrantes constituem crimes

Existem diversas organizações que afirmam que, dado que praticamente a totalidade das mulheres que exercem prostituição é imigrante (à volta de 90%), a grande maioria delas é vítima de tráfico humano . Frente a este esboço alguns negam a existência do tráfico humano ou reduzem-no a mínimos, amparando-se na invisibilidade do fenómeno e da negação do mesmo por parte de algumas mulheres.

*Uma
mesma
realidade com
abordagens
diferentes*

A nossa colocação que parte da nossa experiência de trabalho, coincide com o relatório que, a 27 de setembro de 2013, o GRETA (Grupo de Especialistas na luta contra o Tráfico de seres humanos do Conselho da Europa) apresentou sobre Espanha sob o nome “Report concerning the implementation of the Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings by Spain”.

No relatório, o citado organismo aponta uma série de recomendações de grande interesse para a luta contra a o Tráfico de Seres Humanos que confirmam a nossa visão da realidade:

- Tráfico de seres humanos e prostituição não é a mesma coisa, ainda que mantenham uma relação.
- Não existem estudos que avaliem dados. Por isso, não se pode manter que um 90% de mulheres que exercem a prostituição sejam vítimas do tráfico humano.
- Não se pode desanimar a petição da prostituição sob o pretexto da luta contra o tráfico humano.
- Desde o ano 2004, algumas cidades em Espanha (Bilbao, Barcelona, Málaga,

Granada, Alicante) promulgaram ordens cívicas onde estabelecem a possibilidade de multar as prostitutas e/ou os seus clientes. Outros municípios estão no processo de instalar estas ordens. Ainda, a Federação Espanhola de Municípios e Províncias (FEMP) tem criado uma ordem municipal modelo, com o objetivo de reduzir a prostituição em espaços públicos.

- As consequências destas ordens municipais são que as pessoas que exercem prostituição procurem áreas clandestinas dentro da cidade ou fora, em zonas afastadas ou isoladas, ficando assim numa situação de maior vulnerabilidade. Nestas circunstâncias, a detecção de casos torna-se ainda mais difícil e com isto ficam expostas a uma maior violação dos direitos humanos, negando-lhes a proteção a que justamente têm direito e deixando o terreno livre para que quem lucra com a sua exploração, continue a agir com total impunidade.

As medidas repressivas agudizam a vulnerabilidade das vítimas ao dificultar a sua identificação e proteção

2.4. O paradigma da complexidade

Queremos destacar que para a abordagem dum fenómeno social tão complexo como é a prostituição e a sua vinculação com o tráfico humano, são precisas todas as ciências, todos os pontos de vista, todas as orientações, todas as perspectivas, pois à complexidade não se pode responder com o olhar ingénuo, mas sim com uma abordagem irrevogável de direitos.

A partir do contacto direto com esta realidade e as reflexões feitas, percebemos que a

*À complexidade
há que
responder com
uma abordagem
irrevogável dos
direitos*

prostituição, como afirma Beatriz Gimeno, tem que ver com tudo: com a ética e a moral na medida em que tem a ver com as relações humanas; com a sexualidade e com as diferentes concepções acerca do sexo; com a construção social e o desejo; com a distribuição de papéis sociais e sexuais e o desigual repartir de poder entre homens e mulheres; com a renda material, mas também simbólica; com o capitalismo, a exploração trabalhista, a pobreza, a globalização, as desigualdades; com o mercado e a lei da oferta e da procura; com o consumo exacerbado e a necessidade de satisfazer de imediato as necessidades; com o individualismo sem conexão com a comunidade.

Por isto, na prostituição têm influência tantos fatores que qualquer intenção de dar explicações simples e unidirecionais estaria a ocultar uma parte importante da questão. Se não se levam em conta todos os fatores apenas se passarão visões parciais.

2.5. Uma tentativa de aproximação

*Para uma
aproximação a
esta realidade é
requisito
fundamental
deixar à
margem as
ideias pré-
concebidas.*

Para poder fazer uma aproximação adequada ao tema, têm que se deixar de lado as ideias e preconceitos que temos sobre a prostituição e deixar que seja a própria realidade que nos vai falando. E nesse contemplamento da realidade, ao observar e analisar os comportamentos de homens e mulheres, têm que se estabelecer não só as diferenças, mas também as desigualdades e as estruturas que as mantêm para poder aplicar as medidas necessárias e tornar efetiva a igualdade de oportunidades.

A primeira pergunta que aparece quando se fala do fenómeno da prostituição é o tema dos números. Quantas? Desconheço fontes de informação de quem se atreve a aventurar tanto o número de mulheres que exercem, como a porcentagem de homens usuários e a quantidade de dinheiro que é movimentada. Na minha longa experiência nunca fui capaz de determinar o número, limitando-me a falar desde os factos reais de mulheres atendidas nos projetos Oblatas, os que oferecem algumas ONGs, os corpos e forças de segurança do Estado. Todos eles têm uma coincidência no perfil de mulheres que explicitaremos de seguida, admitindo que, em todos os casos, os dados podem supor a ponta de um iceberg do que se supõe que seja a totalidade do fenómeno.

Sempre a partir das mulheres atendidas, o perfil é o seguinte:

- No projeto e espaço de acolhimento no ano 2013, das 121 mulheres atendidas, 97,6% eram emigrantes, mas temos de admitir que ultimamente se esteja a produzir um aumento da prostituição de mulheres nacionais devido à crise económica.
- São procedentes de diferentes países: Nicarágua, Bolívia, Honduras, República Dominicana, Colômbia, Paraguai, Peru, Brasil, Camarões, Nigéria, Argélia, Espanha.
- Em relação à sua condição de emigrantes e como já temos mostrado anteriormente, cabe distinguir o que é prostituição, tráfico de pessoas e tráfico humano com fins de exploração sexual. Estes dois últimos com

As mulheres têm procedências geográficas muito diferentes

dívidas altas adquiridas antes da viagem e que é para as mulheres a principal preocupação devido às consequências que pode supor o não pagamento.

- Mulheres jovens, e em grande percentagem com filhos e familiares que deixaram no país de origem, e que têm de manter com o envio de dinheiro a todo o custo.
- Mas acima de tudo, são mulheres fortes, valentes, vulneráveis, que reivindicam, com uma grande resiliência, com capacidade para decidir sobre si mesmas e sobre as suas condições de vida, mesmo que às vezes seja difícil. São mulheres que tentam viver num mundo cheio de desigualdades económicas, de género, étnicas, culturais, religiosas... em busca de meios para melhorar as suas condições de existência.

Mas, o que pensar da prostituição? A prostituição tem provocado ao longo da história todo o tipo de reações e posturas que têm ganho forma nas legislações de diferentes países e que vão desde a rejeição e a perseguição à aceitação ou, pelo menos a licença e a regularização. Atualmente, o debate de como abordar o fenómeno da prostituição encontra-se entre duas posturas principais, mas não únicas mantidas desde ideologias feministas e de difícil conciliação: a abolicionista, que considera a prostituição como uma escravidão, alguma coisa que deve ser erradicada e acredita que são os clientes a causa principal da existência e perpetuação do fenómeno e a regulamentarista, que considera a prostituição um feito inevitável e que cumpre um fim social. Por isso, quando esta

*As duas posturas
extremas são a
abolicionista e a
regulamentarista*

se exerce entre pessoas adultas e de forma livre e voluntária, tem de se ter em consideração que é um trabalho como os outros, com os direitos e obrigações sociais e trabalhistas de qualquer trabalhador.

Enquanto um setor apela aos direitos humanos para defender a abolição, o outro fá-lo à liberdade pessoal de cada ser humano para defender a regulamentação. A estas posturas têm que se anexar a das que defendem o abolicionismo absoluto, o proibido, onde toda atividade franca ou encoberta de prostituição deve ser sufocada e reprimida legalmente, esquecendo que a repressão nunca tem sido solução a nada e que medidas como as que têm sido adotadas em diferentes cidades espanholas que temos feito referência anteriormente, tão aplaudidas por alguns setores, não têm feito mais senão aumentar a situação de vulnerabilidade das mulheres devido a uma maior clandestinidade.

São evidentes as profundas contradições nos discursos que são mantidos hoje na Europa e no mundo nos debates sobre prostituição. Isto mostra claramente a complexidade do tema e permite-nos perceber que na hora de adotar medidas, estas recaem sobre a prostituição e não sobre as causas que a originam.

Desde o nosso ponto de vista, a prostituição é uma atividade que se realiza e mantemos que acima da atividade, sempre estará a pessoa e os valores fundamentais da sua dignidade, autonomia, liberdade, etc. Este é o critério fundamental de nossa atuação.

A centralidade da pessoa é critério fundamental da nossa ação.

As alternativas legais ao exercício, dada a diversidade de colocações (inclusive entre as

*Optar por uma
única medida
legal poria em
causa a
universalidade
da justiça*

próprias mulheres que, em definitivo, são as mais atingidas) não podem passar por uma única medida legal, seja esta abolicionista ou de regulamentação. Quaisquer destas medidas sempre deixariam à margem um setor importante das mulheres que a exercem, e com isto entraria em questionamento uma justiça que tem de ser sempre universal. Os direitos humanos de todas, a sua autonomia e liberdade têm de estar protegidos para que cada mulher projete para a sua vida o que considere mais adequado. Queremos deixar claro que o tráfico humano e o tráfico de emigrantes constituem crimes que têm de ser perseguidos pela lei com reparação às vítimas.

2.6. Falamos desde onde?

Como Congregação que há 150 anos que vive um compromisso solidário com estas mulheres, a nossa opção metodológica passa por dar prioridade a um modelo de intervenção onde a voz das mulheres na primeira pessoa possa ser a que interpela e constrói novos marcos epistemológicos, que nos movem a rever as práticas, ou projetar modelos sociais e marcos normativos, sem que isto suponha a supressão das contribuições que nos oferecem as ciências sociais.

É impossível, quando se vive em contacto com essa realidade não se ver atingida por ela e por isso admitimos que a nossa visão esteja na nossa mente com os nomes, os rostos e as histórias de vida que escutamos a cada dia. Isto, como não pode deixar de ser, faz com que a nossa visão seja parcial enquanto nos referimos

*A voz das
mulheres, chave
para definir a
nossa posição na
realidade*

unicamente às mulheres conhecidas e não a todo o coletivo, e posicionadas pela mística que nos aproxima a elas. Isto leva-nos a não ser dogmáticas nos planos, a respeitar e aceitar que possam dar-se outros, com os quais, além do desenho, temos também pontos em comum.

3. Interpeleções éticas a partir das mulheres.

*Se o eco da tua voz se enfraquece, pereceremos.
(Paul Éluard)*

A nossa visão da realidade será sempre parcial e posicionada.

No presente capítulo queremos realçar as interpelações que as mulheres que exercem prostituição e são vítimas do tráfico humano para a exploração sexual nos fazem, expressadas nos seus próprios gritos e esperanças. Em coerência com o nosso planeamento, cedemos este espaço para que sejam as mulheres, na primeira pessoa, que nos ofereçam uma lição magistral do que supõe o exercício da prostituição e o contexto no que se realiza.

Na consulta que realizamos em 15 países a nível congregacional (2009-2012) às mulheres que exerciam prostituição e eram vítimas do tráfico humano para a exploração sexual, recolheram-se aquelas situações que expressam as mulheres na forma de gritos, ou seja, clamores carregados de sentido que solicitam ser ouvidos, compreendidos, assumidos e reproduzidos.

É interessante destacar que esta categoria de “grito” não é muito habitual no âmbito da investigação social, por isso, neste Estudo Congregacional, queremos tomar este termo, pois,

*As interpelações
das mulheres
requerem ser
ouvidas,
compreendidas e
assumidas e
exigem resposta*

longe de apresentar “opiniões”, optamos por indagar sobre situações vitais, que não podem ser “comentadas” como mero objeto de uma investigação. Os gritos, tão audazes como intensos, provêm de mulheres portadoras de direitos; e entendemos que os direitos, quando são tão brutalmente violados, não se sussurram, não se comentam, não se opina sobre eles... Só se gritam.

3.1. A visível invisibilidade: “querem que nos escondamos para pensar que não existimos”

Na apresentação que Soledad Becerril, Defensora do Povo, faz no relatório sobre o tráfico humano em 2012, expressa que “as vítimas desta escravidão são difíceis de reconhecer, mas encontram-se muito perto de nós, mas por temor, por sentir vergonha de uma situação ou por ser muito duro reviver as circunstâncias nas que se encontram, não querem falar do problema. São vítimas invisíveis”.

O termo visibilidade faz referência à capacidade das pessoas de “fazer visível” o que aparenta estar oculto, ou aquilo que não quer ser visto, percebido ou conhecido pela sociedade. Os gritos das próprias mulheres permitem-nos conhecer as situações que sofrem diariamente e evita que nosso olhar se acostume a olhá-las sem as ver, sem lhes prestar atenção, e descobrir que como nós, são sujeitos de direitos e obrigações e interpelam a nossa forma de como pensamos e as definimos.

“As pessoas pensam que estamos aqui porque queremos (...) não pensam de nós nada de bom (...) querem-nos longe, não nos querem,

as pessoas (...) não somos do seu interesse, falam muito de nós pelo que veem na televisão que é sempre mau”. “Isto não é nada fácil, é uma dor muito grande que a sociedade não nos veja como pessoas, mas como máquinas de sexo”. “Eu quero ter direitos e não sentir-me menos que outras pessoas”.

De uma visibilidade exigida a uma invisibilidade desejada. “que não saiba a minha mãe nem o meu filho; não sabem o que eu faço, e não tenho outro meio para alimentá-los...” “Desde o primeiro momento que se começa na prostituição, a pessoa começa a fazer um programa de vida como uma mentira, tem de escondê-lo à família, aos amigos, a todos. É como se não existisses”. “O meu marido sim, sabe da minha vida e está-me sempre a lembrá-lo, mas ele vive disso e não faz nada”. “Os clientes também têm medo de ser reconhecidos e pedem-nos que não os reconheçamos”.

Em algumas ocasiões pede-se invisibilidade

A depressão começa a fazer-se sentir: “Nestes momentos não vou ao hospital porque não me quero curar, pois sei que a minha vida não vale nada”. “Estou a tremer de frio e de cansaço, estou neste lugar desde as seis horas da manhã e não consegui os 25 euros para pagar o hotel”. “Aqui perdes não só o ritmo de vida normal, mas o sentido; o ciclo é trocado, dormes quando as pessoas estão acordadas e vives quando as pessoas dormem, assim tornas-te invisível”.

“Quando queres deixar a prostituição voltas novamente porque te sentes fragilizada, é como se ficas a dar voltas num círculo fechado que voltas sempre ao mesmo lugar (...)” “Que os

Deixar a
prostituição
pode ser muito
difícil

clientes te toquem o corpo, é um vazio e na verdade é muito doloroso e dói mais ainda por não poderes expressá-lo". "A prostituição é uma moeda de duas caras, mas as pessoas não querem ver a outra cara". "Por que é que as pessoas nos julgam, mas não nos oferecem nenhuma alternativa? Não crê que é injusto? Eu quero deixar isto. Colo papéis nos postes e semáforos, mas nada. Quem me oferece um trabalho?"

"Desci de um avião com milhares de sonhos que ficaram encerrados durante dois anos na única rua da Itália que conheci; lá tive que me prostituir para pagar a dívida. Quanta solidão! As pessoas passam, mas não te veem e o único olhar permanente é o do homem que me controla desde a janela do bar. Dizem que sou testemunha protegida, mas ninguém pode fazer-te invisível nem proteger-te do teu próprio medo: mesmo querendo passar despercebida, sentes sempre os olhos de alguém que pensa que te está a seguir. Diz o M. que com o tempo acabamos por nos habituar..."

"O facto de ser uma mulher que trabalha na prostituição, é motivo para nos condenar a suportar os maus tratos deles..."

Nas palavras das mulheres, fica remarcada a vulnerabilidade dos seus direitos e a falta de oportunidades; a questão de género como aspeto fortemente discriminador numa estrutura social patriarcal e como a prostituição está associada a outras problemáticas que implicam as mulheres, as situações de começo e ocultação da prostituição, as consequências físicas, os seus

A prostituição
supõe
vulnerabilização
de direitos e
falta de
oportunidades

anseios de sair da prostituição e as necessidades económicas de que padecem.

3.2. Eu te reivindico, sociedade!

Os gritos de denúncia pretendem manifestar uma situação de injustiça que as mulheres sofrem. São situações de múltiplos ataques à sua dignidade. São gritos que buscam um eco e a necessidade de mostrar sistemas de corrupção e estruturas sociais que atentam contra os seus direitos e por sua vez as fazem vítimas.

Desde realidades marcadas pela pobreza, as mulheres denunciam a natureza da prostituição. *“Nos pequenos povoados onde há fome e necessidade, as filhas são mandadas ao trabalho sexual... Por isso, o trabalho sexual é uma opção de trabalho quando não há outro. Nos mesmos povoados alguns nadam em riqueza sem ter feito nada, enquanto outras temos que dedicar-nos a isto. Ninguém vai pôr a mão?”*

“Como é possível que não haja mínimos para todos e que a riqueza esteja tão mal repartida? Somos pessoas, não objetos sexuais. Temos direitos”.

“Que não sejamos maltratadas e nos marquem por exercer ou por ter exercido a prostituição; há muita humilhação, rejeição, dor e algumas chegam a suicidar-se”. “Estamos todos os dias com pessoas diferentes e não sabemos o que nos acontecerá, muitas vezes não sabia se sairia de lá viva... é uma sensação horrível e a isto chamam de trabalho fácil”. “Eu sinto medo, não se pode viver assim”.

As denúncias provocam por momentos a indignação das mulheres.

Somos interpeladas como sociedade e pedem-nos uma participação naquelas questões que lhes convêm. *“A nível geral, supostamente são tomados acordos legais, sempre sem sermos consultadas, sem nos ouvirem, e marcam datas comemorativas para acabar com a violência na mulher, mas só acontece uma semana antes e uma semana depois da data... assim a vida segue como sempre, aborreces-te (sic) e continuamos a aguentar”.*

“Precisamos de mais segurança; onde estou, a escuridão faz-se presente e estou só”. “Só uma vez a mulher dum cliente encontrou-nos e bateu-nos. Não sofri os golpes, sofri a sua dor”.

“Os governos deveriam apoiar mais as mães solteiras, pois para elas, sozinhas, é muito difícil a vida... Onde estão os pais, pois os filhos são dos dois”.

Não se pode expressar melhor o que significa o estigma: *“É uma vida triste e suja por mais que nos lavemos, no nosso íntimo sentimos que estamos sujas; é uma nódoa sempre”. “Diante da dor de ser mulher, pior ainda ser prostituta, parece que a única solução é calar”. “A prostituição existe porque há quem a procura: os homens”. “Quero ser ouvida e tratada melhor, ser vista como uma mulher normal”.*

A prostituição
está
estigmatizada

Na medida em que as mulheres se sentem mais fortes, o nível de denúncia cresce: *“Exijo respeito por parte dos donos e donas dos negócios e dos clientes; estou cansada de aguentar e no final têm que ver que sou eu que lhes pago”. Alguns vizinhos faziam-me chantagem; diziam que se não me deitava com eles, diriam à minha família qual era o meu*

trabalho. No início fiquei com medo, pois a família não sabe àquilo a que me dedico. “Depois ameacei-os, que contava às suas mulheres, e assim assunto encerrado”. “Que estamos aqui porque queremos? Ninguém quer estar aqui, pergunta a qualquer uma e elas o dirão”.

“Somos as putas (sic) do povoado e somos tratadas com desprezo; não sabem que muitas vezes o fazes por necessidade e não podes ou não sabes fazer outra coisa; nós somos, aqui, o último”. “Na sociedade sinto-me marcada, criticada, isolada por eles e pela minha família e isto também é violência”.

A sociedade assinala a mulher que exerce a prostituição

Quando as mulheres se referem às forças de segurança, revelam por um lado como são vitimadas: “A polícia não acredita em nós, diz que nós o procuramos por ser prostitutas”. “A polícia está sempre atrás de nós. Quando fazem a ronda, fico muito indignada, pois sinto que somos varridas até nos amontoarem, como quando se varre o lixo, e pergunto-me: Por que temos que aguentar isto? Ninguém pode parar isto? Que nos deixem em paz e deixem de ser cobradas multas injustas”. “No final de tudo continuamos a ser violentadas pela polícia, instituição, sociedade e por mesmas”.

Em relação à justiça: “Para os juízes a nossa palavra não conta, não tentam compreender-nos”. “Para as autoridades somos pessoas sem valor”. “Não temos proteção; isso é o que acontece; a polícia nunca está do nosso lado”. “Os governos não se fixam em nós para poder ajudar-nos. Nem se questionam porque estamos neste trabalho; as autoridades não se aproximam a ajudar e pela falta de documentos

A justiça não valoriza a mulher que exerce prostituição

não podemos pedir ajuda”. “Há assédio da sociedade e das autoridades, somos perseguidas como se fôssemos delinquentes, proxenetas, mafiosas, traficantes”.

3.3. Desde o fundo... Socorro, socorro, socorro; grito e ninguém me escuta.

Mostram-nos os seus sentimentos mais profundos, onde se percebe, além da sua fragilidade, a sua capacidade de resiliência.

“No trabalho temos que aguentar os olhares das pessoas e, precisamente, não nos olham. Por que não nos olham nos olhos? De que têm medo?”. “Temos que calar, o que muito nos dói não poder gritar, aos quatro ventos como somos maltratadas e difamadas”.

A convicção e a certeza da sua dignidade leva as mulheres a ter a certeza: *“Vou sair, tenho que sair, pois isto não é vida para mim, nem para os meus filhos”. “Quero reconstruir de novo a minha vida”. “Procuro trabalho noutras coisas: vendo cosméticos, procuro a vida, assim, o facto de me sentir mal... posso vê-lo menos”.* O meu irmão era alcoólico, conheceu uma mulher da vida, ela tirou-o do vício e já não bebe; e dizem que não somos boas e solidárias”. *“Já não quero continuar nos bares, desejo trabalhar noutras coisas....”*

*A mulher que
exerce
prostituição
experimenta a
existência de
um Deus
próximo*

Nestes sentimentos que brotam desde o mais profundo, aparece a experiência de um Deus próximo, atento à escuta, próximo das suas vidas, atento às suas reclamações... *“Perguntei a Deus: Até quando estes sofrimentos Senhor?” “Continuo a pedir a Deus que me proteja de*

clientes violentos”. “Todos os dias de manhã quando faço a minha oração, peço por todas as minhas colegas e peço-lhe que as minhas crianças tenham um bom futuro, não como eu”.

Existe uma convicção: *“Deus escuta-nos, tenho certeza”. “Senti que Deus estava próximo, que me dava muita força, mesmo que nem sempre tenha constatado a sua presença”. “Eu não posso falar com Deus se estou no prostíbulo: sei que está presente e parece-me uma falta de respeito”. “Quando vou à rua, as minhas lágrimas não são de água, são de sangue; choro e peço a Deus que me ajude”.*

Também nos falam da fé, das buscas religiosas e a relação com um Deus que está presente nas suas vidas quotidianas e nos seus projetos de vida, lugares habituais onde se expressa a dimensão espiritual das pessoas.

3.4. Mesmas situações, outras perspetivas...

Que se deixe de lado a dupla moral e se reconheça como trabalho... Por que não respeitar a minha liberdade?

“Nuca me violentaram, nem a nível físico nem moral. Tem que se fazer respeitar”. “O melhor que pode acontecer é a legalização da prostituição para uma melhor qualidade de vida das prostitutas com direitos e deveres”. “Vejo-o como um trabalho normal; tenho da parte da manhã outro serviço, mas continuo aqui”. “Ganha-se dinheiro mais rápido e mais do que numa casa de família”. “E a satisfação sexual e alegria que sentes quando te pagam e quando

Algumas mulheres exercem prostituição como mais um trabalho

alguém me dá alguma coisa em troca e isso me ajuda”.

Falam-nos também da satisfação que lhes dá o exercício da prostituição porque *“ajuda-me a manter-me vaidosa”*, e ao mesmo tempo destaca-se o exercício da prostituição como uma eleição de vida. *“Poder trabalhar na prostituição por um tempo. É uma solução frente à falta de emprego”*. *“Só exerço prostituição quando preciso”*. *“Hoje sou uma nova mulher, aprendi muitas coisas boas nesta vida”*. *“Vejo que algumas mulheres se prostituem como eu e são valorizadas, têm ocupado outros espaços”*.

Em relação a pedidos de direitos trabalhistas, os gritos de reivindicação das mulheres são categóricos quando solicitam igualdade e normalização: *“Os planos de casas que nos davam eram para mulheres em exercício da prostituição e não queremos um bairro para nós só, mas uma casa como qualquer outra pessoa e família”*. *“Estar asseguradas no trabalho; que os donos se façam responsáveis de uma pessoa em momentos difíceis”*. *“Justiça e direitos, que a associação de meretrizes defenda os nossos direitos”*.

Destaca-se a legalização da prostituição: *“Tem que ser legalizada. Penso que os clientes nos tratariam melhor, porque agora pensam que somos objetos e pessoas sem sentimentos. Se a legalizam, poderíamos ter condições de trabalho e quando chegássemos a idosas teríamos direito a uma pensão.”* *“Que seja considerado como trabalho, não como um trabalho fácil, que não é, mas outros trabalhos também não são fáceis”*. *“Deveria estar*

*Reivindicam-se
direitos para a
mulher que
exerce
prostituição*

legalizada a prostituição em locais e condições para isso, tendo as mulheres e clubes as suas obrigações e direitos: seguros, reforma e salários dignos”. “Esta seria uma forma de trabalhar mais segura”.

Os direitos que pedimos referem-se a *“que o banco de previsão social nos facilite poder fornecer dados de que somos trabalhadoras autónomas, mas que não apareça a palavra prostituta na reforma”.* *“Graças à prostituição tenho começado o curso de medicina, agora não preciso de nada”.* *“Tenho poucas lembranças negativas, saí sempre bem. Sempre me valorizei”.*

Sublinha-se que *“é um trabalho com o qual se consegue dinheiro e sempre o tenho quando me faz falta”.* *“Ajuda a manter a família e mesmo com tudo isto que supõe exercê-la, quero garantias de saúde e higiene”.* *Pelo menos podes comer e dar também aos teus filhos”.*

Como conclusão deste capítulo, podemos dizer que se nos remontarmos às origens da nossa Congregação, a obra iniciada por José Maria Benito Serra e Antonia Maria de Oviedo faz agora 150 anos, podemos descobrir que os seus discernimentos surgiram de uma sentida observação e escuta de clamores. Lamentos que tocaram as suas entranhas e desencadearam uma profunda resposta misericordiosa pessoal para acompanhar as mulheres na tarefa de recuperar os direitos arrebatados por uma sociedade que exclui.

Hoje, o mesmo que naquela época, continuam-nos a chegar as vozes de mulheres de todas as partes do mundo. A nossa tarefa é

Há que escutar e observar o clamor das mulheres

recolhê-las, abrir-nos às suas interpelações e tratar de compreender os seus desejos e esperanças, para reconhecer nesta experiência, a oportunidade da graça, (kairós) de que Deus passa pelas suas vidas e pela nossa.

4. Algumas chaves para a interpretação

“Pensar sem comprometer-se é inútil e comprometer-se sem pensar é perigoso”.

(Natividad de la Red)

4.1. Desde a perspectiva dos direitos humanos

Adela Cortina lembra-nos que, ainda que algumas legislações se inspirem neles, os direitos humanos são exigências éticas, não mandados legais. A sua condição ética tem um carácter de exigência para todas as pessoas e conservam o seu alento profético, e desde aí o seu carácter de protesto e indignação.

Quando boa parte da humanidade não acede de forma sistemática ao seu pleno exercício (as interpelações que nos fazem as mulheres são boa prova disso), devemos refletir sobre a definição dos direitos humanos e sobre tudo aquilo que impede o “direito a ter direitos”.

Em Espanha temos uma Constituição democrática que se baseia em alguns valores iniciais: que todos os seres humanos, não só o espanhol tem direitos: civis, políticos, económicos, sociais e culturais. A todos eles teríamos que acrescentar o direito a viver em paz e num ambiente saudável, sem contaminação e sem barulho.

Os direitos humanos são uma exigência ética para todas as pessoas

Há que reflectir sobre aquilo que impede o acesso aos direitos humanos a algumas pessoas

Causa vergonha constatar que, mesmo tendo os espanhóis reconhecido estes direitos e tendo-se comprometido com eles, a lógica de um mercado que declara essencial o crescimento económico por cima das pessoas e do bem comum, unido à cultura da satisfação pessoal e “salve-se quem puder”, está a gerar injustiça e a expulsar da sociedade os “excedentes humanos”. Se todos continuam a reconhecer estes direitos e se comprometem com as pessoas vítimas do sistema, estão a tempo de reconduzir a situação.

É preciso retificar a história e devolver às pessoas excluídas o que por direito lhes corresponde

Devemos introduzir a ética e o olhar crítico às instituições que não cumprem bem suas funções...

Debater não só a reorientação da nossa atuação coletiva, mas de como fazê-lo. Demonstrar que não só se trata de opções realistas e possíveis, mas ainda que são muito melhores para o progresso da sociedade do que aquelas baseadas noutros objetivos distanciados das necessidades das pessoas.

4.2. Direitos das mulheres e ética concreta

Em relação aos direitos humanos das mulheres, o professor Marciano Vidal propõe dois critérios básicos para iluminar o discurso ético das situações onde estão implicadas diretamente: a dignidade pessoal da mulher e a sua igualdade (enquanto sujeito de direitos) com o homem. Esta dupla afirmação leva-nos a duas implicações: reivindicação ética da igualdade, que comporta autonomia e reciprocidade entre pessoas iguais, a denúncia ética das desigualdades e as discriminações. Hoje, como ao longo da história,

as principais fontes discriminatórias continuam a ser a raça, o sexo e a classe social.

Perante a desigualdade impõem-se a reivindicação ética e a denúncia

Os movimentos feministas têm tido um papel muito importante na visibilidade da situação de marginalização generalizada das mulheres no exercício dos direitos humanos, como um reflexo da desigualdade de género e da hegemonia masculina dominante. Mas a igualdade moral, política e jurídica entre os géneros não implica desconhecer as diferenças biológicas para atender com equidade às diversas necessidades. As diferenças orgânico-corporais implicam uma distinção do trato em assuntos como os direitos sexuais e de reprodução.

As diferenças orgânico-corporais implicam uma distinção de trato

A construção social dos géneros pode dar lugar a uma multiplicidade de formas de convivência familiar, social e conjugal, mas nenhuma destas formas de relação pode estar mantida na violência nem na imposição pela força de um género sobre outro. A prostituição forçada e o tráfico humano com fins de exploração sexual são os expoentes mais claros da violência que se exerce sobre as mulheres e um ataque sistemático aos direitos fundamentais.

A ética cristã, em palavras de Marciano Vidal “tem de decantar-se a favor de um feminismo radical de libertação integral; um feminismo onde a emancipação das mulheres caminhe articulando a libertação de outras alienações e marginalizações que sofrem os seres humanos, e mais ainda os mais fragilizados”.

4.3. *Um olhar antropológico*

A importância deste olhar é que se trata de um olhar autocrítico que tem em conta as pessoas, que é responsável e que se compromete com a transformação da realidade e a abordagem das problemáticas sociais.

Ter este olhar implica tentar deixar de lado os próprios preconceitos sobre o fenómeno e tratar de o ver desde os olhos das mulheres. Um olhar que exige colocar-se no seu lugar e desde aqui expor a intervenção social. Para isso não há melhor via que conviver e sentir o mais e o melhor possível.

É a atitude que conta. Colocar-se na situação existencial das mulheres, de compreender o seu estado emocional, tomar consciência íntima dos seus sentimentos, entrar na sua experiência, deixar que os seus sofrimentos e as suas esperanças toquem as nossas entranhas para poder assumir a sua situação, é esquecer-se no momento de si mesmo e caminhar com o calçado do outro durante um pedaço de caminho.

Neste olhar antropológico não podemos dar certezas de nada. É necessário perguntarmo-nos por que existe a prostituição e por que é que nestes momentos acontece assim e não de outra fora e a que interesses serve.

Ter em consideração o fenómeno, não como um feito isolado, mas em relação ao contexto em que o mesmo se movimenta. Passar da ideia de que a prostituição é um feito individual a concebê-lo como um fenómeno social que nos atinge, a toda a sociedade.

Há que deixar de lado os preconceitos e ver através dos olhos das mulheres

Porque é que existe prostituição e porquê desta maneira?

Este olhar crítico, que começa por uma sensibilidade que nos permite perceber o que acontece, precisa da contribuição das ciências sociais para poder interpretar além do que vemos e planificar uma adequada intervenção.

4.4. Uma abordagem de género

O tratamento da prostituição não pode realizar-se sem uma análise desde a perspectiva de género. Os dados que são trabalhados sobre a prostituição indicam que esta é exercida de uma forma na sua impressionante maioria por mulheres e crianças, enquanto que os consumidores da prostituição são na sua maioria homens.

Para compreender a dimensão ética da corporeidade, temos de fazer uma distinção entre sexo e género. A diferença biológico-corporal entre homens e mulheres corresponde ao sexo. O género, por sua vez, é construído por traços psicológicos e sociais que determinam formas de conduta a cada sexo. Aprendemos a comportar-nos como homens ou como mulheres na vida social, distinguimos que tipo de atividades e atitudes são “próprios” de cada sexo. E assim têm surgido os estereótipos.

A equidade de género é um princípio ético fundamental, pelo qual a opressão e exploração do sexo feminino pelo masculino são inadmissíveis e exige a denúncia de toda a ideia ou ação que considere as mulheres inferiores e lhes negue os seus direitos básicos de igualdade de oportunidades, ou que tente usá-las como simples meios para algum fim sem o seu

*A sensibilidade é
o primeiro passo
para
compreender a
realidade*

*A dimensão ética
da corporeidade
exige diferenciar
entre sexo e
género*

consentimento ou por meio de coação ou violência. Isto denomina-se machismo. Quando se considera as mulheres incapazes de conduzir-se por si mesmas, inferiores em capacidades intelectuais ou como se fossem “menores de idade” que devem ser guiadas por homens, inclusive com o pretexto de “protegê-las”, estaríamos falando de sistema patriarcal.

A igualdade de gênero é um princípio ético fundamental

As diferenças biológicas entre os sexos mostram a diversidade e riqueza das pessoas, mas não significa que os homens sejam superiores às mulheres ou vice-versa. Por isso não se justifica de nenhuma forma a desigualdade e a hierarquia entre os gêneros, no sentido moral, jurídico ou político.

Fazer justiça é respeitar as diferenças

Conforme isto, a prostituição é uma instituição que serve à manutenção da atual ordem de gênero. Todo o sistema patriarcal confirma-se, estabiliza-se e naturaliza-se através da produção e reprodução desta prática que ainda, não sendo a única, pode-se considerar a sua importância pela quantidade de elementos que são conjugados.

O corpo da mulher como espaço de libertação e não como objecto de exploração e violência

4.4.1. O Estigma

Em sociologia, estigma é uma condição, atributo, traço ou comportamento que faz com que o seu portador seja incluído numa categoria social cujos membros se generalizam numa resposta negativa e são vistos como culturalmente inaceitáveis ou inferiores.

O sociólogo estadunidense Irving Goffman, na sua obra “Estigma: A identidade deteriorada” reflete sobre as situações quotidianas do

indivíduo, sempre próximas pelos sistemas de estigmatização social e de inclusão. Enfatiza o facto de que a relação de estigma se estabelece entre um indivíduo e um grupo com um conjunto de expectativas, pelo qual cada um deles joga à vez de estigmatizador e estigmatizado.

A prostituta é o protótipo da mulher estigmatizada. É nomeada e por sua vez é desonrada com o apelativo “puta” (sic). O estigma persiste nas sociedades atuais. Somos tolerantes no social da prostituição, inclusive podemos associá-la aos ambientes de ócio, mas não somos assim sobre a mulher que a exerce que continua a ser catalogada como “puta”, com carácter de desprezo, negativo e humilhante.

O estigma gera sofrimento e é difícil de superar porque perdura no tempo

Dolores Juliano, referindo-se ao estigma, define-o como uma marca ou sinal sobre um grupo. O estigma é socialmente construído e cumpre uma função social diferenciando entre as mulheres boas e as más, sancionando as segundas. Leva, como temos visto nas interpelações, uma forte carga, chegando inclusive ao sentimento de culpa e à necessidade de ocultar a sua atividade, o que lhes supõe uma vida dupla. E por último, é dentro do exercício da prostituição o elemento que gera maior sofrimento e o mais difícil de superar, porque perdura no tempo, inclusive depois de ter abandonado a atividade. O exercício tem-se encarnado nelas de tal modo que se constitui um enorme desafio: voltar a si mesmas e à dignidade inerente a todo ser humano.

O estigma afeta tanto as pessoas e grupos estigmatizados como aos estigmatizadores

Desde a perspectiva das pessoas que estigmatizam, a estigmatização provoca a sua desumanização, ameaça e aversão ao outro e a

despersonalização dos demais através de caricaturas estereotipadas.

4.4.2. Questões de linguagem

Esta estigmatização repercute-se perfeitamente na linguagem. Basta que façamos uma passagem pelos piores insultos dirigidos tanto a mulheres como a homens, referindo-se à sua mãe, para poder captar a situação e ao que nos fica se na verdade queremos erradicar esta linguagem e todo o seu conteúdo estigmatizante.

A linguagem tem uma grande importância porque entendemos que determina a visão do mundo, que possui uma coletividade e por isso, estrutura a percepção da realidade e influencia poderosamente as atitudes e o comportamento.

A linguagem não é ingênua, expressa a visão da realidade e influencia as atitudes

Ao longo da história da nossa Congregação, a linguagem tem ido evoluindo e adaptando-se às novas realidades. Desde o termo “mulheres marginalizadas”, passando por “mulheres prostituídas”, “em contexto de prostituição”, “em situação de prostituição”, “mulheres que exercem prostituição”.

Parece-nos que, neste momento, a denominação que melhor reflete a nossa percepção da realidade, as nossas atitudes e o nosso modelo de intervenção é o de “mulheres que exercem prostituição”, se bem na linguagem habitual para nos referirmos a elas utilizamos unicamente o termo “mulheres” e como se pode ver, utiliza-se em vários momentos deste caderno. Isto situa-nos, a nós e a elas, num plano de igualdade.

“Que exercem prostituição”. Esta maneira diferencia a pessoa da atividade que desenvolve; é

“Mulheres que exercem prostituição” reflete a nossa percepção, as nossas atitudes e a forma de intervir

ampla e nela cabem todas as mulheres com independência do tipo de prostituição que estejam no exercício. A não utilizar o termo mulheres prostituídas é, em consideração às mulheres, sujeitos ativos de direitos e deveres e no passivo, com capacidade para assumir o protagonismo da sua vida. Por esta mesma razão, a palavra vítima é utilizada unicamente, nos casos de tráfico humano e de exploração sexual quando são consideradas vítimas de crimes.

4.5. Um olhar crente

Olhar a realidade da prostituição forçada e o tráfico humano de mulheres para a exploração sexual com os olhos de Deus produz dois sentimentos fundamentais: compaixão diante de tanto sofrimento e indignação pela injustiça evitável de alguns seres humanos para outros.

A prostituição forçada e o tráfico humano com fins de exploração sexual é um ataque sistemático ao projeto de Deus

Nos reiterados e sangrentos episódios que as vítimas destes delitos se veem obrigadas a protagonizar e sofrer, descobre-se um ataque sistemático ao projeto que Deus tem sonhado sobre as pessoas, o mundo e a história humana.

A dignidade do homem e da mulher tem a sua raiz no desígnio criador de Deus: “a imagem de Deus os criou, homem e mulher os criou” (Gn. 1,27). O mais elementar sentido de igualdade e solidariedade exige reconhecer o outro como pessoa, superando toda a tentação de convertê-lo em objeto com o qual satisfaz os próprios interesses individuais e egoístas.

Este princípio da dignidade humana alcança a sua culminação em Jesus que o expressa num novo paradigma: a igual dignidade entre homens e mulheres numa sociedade patriarcal, a judeo-palestina, que comparte com as outras sociedades do Mediterrâneo e do Próximo Oriente antigos, os valores e pautas fundamentais de conduta correta que caracterizam este tipo de moral patriarcal.

O novo paradigma de Jesús: a igual dignidade entre homens e mulheres

Seria anacrónico apresentar Jesus como um precursor do feminismo, comprometido na luta para conseguir a igualdade de direitos do homem e da mulher. Não obstante, a sua fé no reino de Deus e a sua defesa dos últimos, levou-o a colocar em crise os costumes, as tradições e as práticas que oprimiam as mulheres naquela sociedade.

É no encontro entre Jesus e uma mulher com maneiras de prostituta, no que se sublinha como diante da atitude “pouco decente” que Jesus, em vez de a recusar, acolheu-a com gosto e defendeu-a de umas testemunhas indignadas. O caráter escandaloso do episódio deriva do desprezo que a moral patriarcal alenta para com a prostituta e para o estereótipo da mulher que se comporta como ela. Entender a função que esta forma de recusa tem no funcionamento do sistema patriarcal permita captar o significado contracultural e integrador da atitude de Jesus.

“Eu não te condeno, vai em paz. Mulher, a tua fé te salvou.”

Jesus foi criando na sua consciência um projeto absolutamente original. A irrupção da compaixão de Deus no mundo, a dignidade dos últimos como meta, a consciência da sua missão que cura e a oferta de perdão, provocaram um grande escândalo e hostilidade para com Jesus durante a sua atividade na Galileia.

A compaixão é um princípio de ação que desafia os esquemas convencionais

A missão dos seguidores de Jesús é curar, libertar, sarar a sociedade e ajudar a viver dignamente

De acordo com este projeto, a primeira tarefa dos seguidores de Jesus não é celebrar cultos, elaborar teologia, pregar moral, mas curar, libertar do mal, tirar da depressão, sarar a sociedade, ajudar a viver de maneira saudável. Esse programa terapêutico é o caminho do Reino de Deus.

Bastaria introduzir esta dimensão de Jesus que cura na Igreja, para que tudo mudasse: a liturgia, a teologia, a ação pastoral. Algumas coisas cairiam, outras seriam transformadas, muitas seriam canalizadas de forma mais evangélica. Assim se cumpriria o sonho de Jesus: comunidades que curam no meio da sociedade, marca do Deus “amigo da vida”.

O sonho de Jesus é fonte de transformação social e eclesial

Como o fez Jesus, a análise ética do tráfico de mulheres faz-nos ir contra corrente. O modelo de ser que gera o “pensamento materialista e economicista” que domina na nossa cultura põe em evidência que quando a pessoa não é reconhecida e amada na sua dignidade, fica exposta às formas mais aberrantes e humilhantes de instrumentalização e de exploração. Paulo VI no seu discurso à Federação Abolicionista Internacional (FAI) em 1966, já tinha qualificado este tráfico como “indigno comércio que com toda razão pode considerar-se como a forma mais degradante da escravidão moderna e vergonha da sociedade”.

Os princípios permanentes da doutrina social da Igreja: a dignidade da pessoa humana (que em qualquer outro princípio e conteúdo encontram fundamentação), o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade brotam do encontro com a mensagem evangélica e suas

exigências compreendidas no mandamento supremo do amor a Deus e ao próximo, e na justiça.

O papa Francisco define o tráfico de pessoas com “um crime contra a humanidade, uma verdadeira forma de escravidão que se estende por todos os países e que atinge as pessoas mais vulneráveis da sociedade: a mulheres e jovens, crianças, pessoas com deficiências, aos mais pobres”.

Faz uma chamada desde o princípio de subsidiariedade e solidariedade, dizendo que “juntos podemos e devemos comprometer-nos a por fim a este horrível comércio. Precisa-se de uma tomada de responsabilidade comum e de uma vontade política mais decidida para conseguir vencer este problema. Responsabilidade para quem tem sido vítima do tráfico de pessoas, para tutelar os seus direitos, para assegurar a sua incolumidade e a dos seus familiares, impedir que os corruptos e os criminosos fujam da justiça e tenham a última palavra sobre as pessoas. Uma intervenção legislativa adequada nos países de origem, de trânsito e de chegada, também com a finalidade de facilitar a emigração regular, pode reduzir o problema”.

O mandamento do amor e da justiça são a origem da luta contra a prostituição e o tráfico humano

O novo paradigma eclesial consiste em suprimir o sofrimento humano e reduzir as fronteiras da pobreza

4.6. Um olhar desde o carisma Oblata

O carisma que temos recebido responsabiliza-nos historicamente de uma proclamação: a do Evangelho, que é humanização e libertação para as mulheres que exercem a prostituição. Esta tarefa passa pelo encontro com a realidade

cultural e pelo empenho de nos introduzir num modo de viver: o que faz transparente a missão de proclamar a dignidade das mulheres e o amor de Deus para elas. É fundamental para nós transmitir a mensagem da Redenção. Expressamo-lo em acolhimento, misericórdia e irmandade universal.

*A proclamação
do Evangelho é
humanização e
libertação*

Isto constitui o paradigma onde se concentra a vida da Oblata. “A nossa espiritualidade consiste em caminhar sob as pegadas de Jesus, olharmo-nos nos exemplos e ações da sua vida e fazermo-nos em tudo semelhantes a Ele”. Colocamos a olhar para o projeto que Deus tem para a humanidade e de maneira especial para as mulheres para quem somos enviadas; faz-nos descobrir que elas são a nossa razão de ser no mundo e na Igreja, o nosso espaço vital e sacramento e move-nos para oferecer uma resposta na que, como diz Dietrich Bonhoeffer no seu ensaio “A Igreja e a questão judia”: “Não nos preocupemos só com as vítimas da máquina de tortura, mas temos que chegar a parar a máquina... Só o que levanta a sua voz em favor dos judeus (poderíamos dizer em favor das mulheres) pode entoar cânticos gregorianos”.

*Deus tem um
projeto
libertador*

Por isso, é nosso trabalho abordar o tema do corpo das mulheres numa espiritualidade nova. Reivindicamos o corpo da mulher como espaço de libertação e não como objeto de exploração e violência. Denunciamos a dupla moral que durante séculos condenou e continua a condenar o corpo e a sexualidade feminina, negando-as como espaço gozoso do encontro entre o humano e o sagrado.

*O corpo e a
sexualidade
femenina são
espaços de
libertação*

Afirmamos que este projeto libertador, numa sociedade marcada pelo neoliberalismo e a globalização onde as novas e grandes pobreza atingem de maneira especial as mulheres, é responsabilidade de todos e todas. A família Oblata participa nele compartilhando a boa notícia de Jesus com as mulheres desde atitudes de compaixão, justiça, gratuidade e esperança.

Realizar um projeto libertador é responsabilidade de todas as pessoas

Esta mística traduz-se em aplicações práticas que, como veremos adiante podem ser compartilhadas por qualquer pessoa e organização que se sinta interpelada por esta realidade. No projeto no qual trabalho temos em conta os seguintes critérios: partir da realidade prescindindo de ideias preconcebidas e com uma atitude de alerta para descobrir as mudanças que vão acontecendo e poder oferecer respostas adequadas. Neste conhecimento é imprescindível escutar as mulheres e fazer nossa a sua tristeza e a sua angústia, a sua alegria e a sua esperança.

- Aplicar uma perspectiva de género que tenha em consideração a inter-culturalidade e o carácter inter-religioso que apresentam as mulheres.
- As mulheres como sujeitos: a atenção é integral, abarcando todas as áreas e possibilitando o empoderamento tanto no plano individual como no coletivo. Que adquiram confiança em si mesmas, que sejam assertivas, que consigam fortaleza espiritual, política, social, económica para dar um impulso a mudanças positivas das situações nas quais vivem, que tomem decisões e, em definitivo que ajam como sujeitos de direitos.

Crítérios para a ação

- A nível grupal, criação de grupos de apoio entre elas de forma a motivar o resto para que participem na elaboração de propostas e na execução e avaliação das mesmas, na procura de emprego e numa rede de solidariedade e apoio que continue quando finalize o projeto.

Quanto à forma de intervenção:

- O trabalho realiza-se a nível de equipa interdisciplinar, contando com a participação das mulheres na contribuição do conhecimento, geração de ideias, propostas, avaliação das mesmas, etc.
- Considerar a intervenção com uma visão estratégica quanto ao processo que pode ser avaliado: assim permite-nos ver as vitórias e avançar.
- A normalização e inclusão nos serviços que oferece o bairro, a cidade, nos quais se podem incorporar dada a sua situação de falta de documentação, ou melhor, se possuem permissão de residência e trabalho nos serviços que são oferecidos a todo o povo. De forma nenhuma criar duplicidade de serviços.
- Coordenar-se com outras entidades e movimentos de cidadãos, estabelecendo linhas de ação conjunta de sensibilização e denúncia social e participando nos movimentos.
- Atuação permanente. Os projetos e ações são marcados em realidades com muitas mudanças e requerem, para conseguir os

*Formas de
intervenção*

objetivos marcados, a atualização dos conhecimentos e ferramentas para a intervenção. Concretiza-se no compromisso institucional e individual, por deixar-se interpelar pela realidade, fazer esforço de análise, síntese de aquilo que observamos, discussão e desenvolvimento de processos de melhora contínua em todas as atividades, recursos, ações e procedimentos.

Tudo isso desde os nossos valores: dignidade da pessoa, humanidade, justiça social, defesa dos Direitos Humanos, liberdade, igualdade, solidariedade, empoderamento.

5. Sonhando futuros possíveis

5.1. Sem uma ética mundial não é possível uma nova ordem mundial.

O nosso mundo atravessa uma crise de alcance radical que não pode ser contemplada unicamente como uma crise da economia mundial, mas que está intimamente ligada à ecologia e à política mundial. Os novos caminhos requerem novas respostas. Sem uma ética mundial, valores vinculantes, alguns critérios inamovíveis e umas atitudes básicas pessoais não é possível uma nova ordem mundial.

*Todos somos
responsáveis pela
procura de uma
ordem mundial
melhor*

Como foi dito na apresentação, todos somos responsáveis na procura de uma ordem mundial melhor. Não só temos uma dignidade inviolável e direitos, mas também uma responsabilidade intransferível das consequências do nosso modo de agir ou de deixar de fazê-lo.

Se de verdade queremos ter uma postura crítica e comprometida com a realidade global, e nela, com a prostituição forçada e a o tráfico de mulheres e crianças para a exploração sexual isto é imprescindível:

*Creemos que
outro mundo é
possível e
necessário*

- Que o compromisso com os direitos humanos, com a liberdade, a justiça, a paz e a conservação da Terra, constituam a base ética sobre a qual se assente a vida pessoal e a organização social.
- Uma mudança de mentalidade em cada pessoa e na opinião pública para poder mudar o rumo da história. Nisso jogam um papel primordial os meios de comunicação. Estes têm o poder de reproduzir um discurso alternativo ao atual, criar correntes de pensamento e converter-se assim, em agentes de sensibilização e transformação social. A sociedade tem direito a uma informação que não responda a determinados interesses, mas que esteja fundada na verdade, na liberdade, na justiça e na solidariedade.
- Uma mudança das atuais estruturas: um sistema económico ético que dê prioridade à pessoa e ao bem comum, acima das ganâncias e acumulação da riqueza. Uma adequada política na que o Estado e os seus diferentes poderes, o mercado, os movimentos sociais, unidades de convivência, organismos populares, ONGs, cidadãos, quem for, com as suas competências diferenciadas, participe ativamente na transformação das atuais estruturas geradoras de exclusão.

*A mudança de
mentalidade
produz mudança
de estruturas*

- Pensar que a pluralidade de expor de diferentes tradições religiosas e culturais não devem ser obstáculos que nos impeçam de trabalhar de maneira conjunta ativamente, contra quaisquer das formas de discriminação, exclusão e a favor de uma maior humanização.
- A humanidade precisa, ainda, de transformações sociais e ecológicas, recuperar a força transformadora que nasce do interior de cada pessoa e o esforço comum para conseguir uma ética do consenso com base no diálogo e o respeito dos outros.
- Vivemos em momentos onde o reclame da ética parece que está a ficar na moda: a ética empresarial, a ética ambiental, a ética legal, a engenharia ética, a ética da comunicação, a ética do ciberespaço, a bioética, etc. Revitalizar a ética e a moral que tão urgentemente precisamos, leva-nos a descobrir o potencial ético e de solidariedade que já existe em cada pessoa, nas nossas sociedades e grupos para juntos irmos construindo um futuro diferente.

*Reclamamos uma
ética do consenso
perante uma
sociedade
fragmentada*

5.2. *E, entretanto, o quê?*

“São coisas pequenas. Não acabam com a pobreza, não nos tiram do subdesenvolvimento, nem socializam os meios de produção e de mudança... Mas podem desencadear a alegria de fazer e traduzi-la em factos”.
(Eduardo Galeano)

Neste trecho vamos sugerir uma série de pautas, algumas delas extraídas da proposta de

intervenção que estamos a desenvolver nos projetos de Irmãs Oblatas, expressada anteriormente, e que entendemos que podem ser assumidas por qualquer pessoa ou organização com convicções éticas.

*Há perguntas
que esperam
respostas*

Em tudo, e tendo em consideração a finalidade deste caderno, queremos expor algumas perguntas que ajudem à reflexão e que unidas a novos questionamentos que possam surgir da sua leitura, gerem respostas que supõem uma implicação ativa, uma mudança de paradigma no qual as mulheres que exercem prostituição e são vítimas do tráfico para a exploração sexual, ocupem o lugar que lhes corresponde na sociedade e na igreja.

As propostas passam por:

- Escutar a realidade desde uma atitude ativa, deixando-nos interrogar pelo que observamos, ouvimos e recebemos através da informação que oferecem os meios de comunicação: rádio, jornais, televisão, redes sociais, internet... e adotando uma atitude crítica, capaz de ver além do que aparece. Procurar os porquês da notícia, o conteúdo, a forma como é transmitida.
- As mulheres que exercem prostituição e inclusive as vítimas do tráfico humano, estão muito perto de nós. Visíveis e por sua vez invisíveis. Ocupam espaços públicos e, por vezes, a sua presença gera conflitos. Qual é o nosso posicionamento diante deste dilema? Quais as razões que temos para manter a nossa postura? Onde a fundamentamos?

*Há que escutar
para
compreender*

- Aproximar-nos à realidade da prostituição, que não é necessário que seja física, supõe aprender a olhar em todas as direções, tentar adotar uma atitude empática que nos permita perceber o que sentem as mulheres que a exercem e compreender a sua situação. Esta atitude empática ajuda a desmistificar e desmontar os tópicos que tantos obstáculos colocam no reconhecimento das mulheres que a exercem como sujeitos de direitos e cidadãs.
- É importante ter em conta que o modo como percebemos o mundo, certamente é subjetivo. A educação que recebemos, os valores com que fomos educados, os códigos culturais, são os elementos com que ciframos e deciframos o mundo que nos movemos.

Palavras de Ward L. Kaiser: “A transformação do mundo começa com a transformação das nossas mentes e a renovação das nossas mentes começa com a transformação das imagens que introduzimos nelas: as imagens que penduramos nas nossas paredes e as que levamos nos nossos corações”.

Aprender a ver

Desde aqui poderíamos fazer-nos uma série de perguntas: Qual é a nossa percepção da prostituição? E das mulheres que a exercem? Por que existe a prostituição e por que neste momento histórico é exercida desta forma? Qual pode ser a causa de que sendo o tráfico de pessoas uma violação flagrante dos direitos humanos na qual as mulheres se convertem em mercadoria, não provoque alarme social? Qual pode ser a razão para que esta prática se perpetue ao longo da história?

Se queremos de verdade fazer uma reflexão profunda sobre a prostituição, é imprescindível ter em conta o sentir e pensar das próprias mulheres que realizam esta atividade: a sua experiência de vida e as suas propostas concretas (no segundo bloco temos uma informação ampla a respeito). Considerá-las pessoas adultas que sabem o que querem e que têm direito a decidir sobre aquilo que lhes atinge.

*Diz-me o que
pensas e dir-te-ei
como és*

Ouvir as mulheres facilitará quebrar o imaginário social que quando representa a prostituição o faz colocando o rosto da mulher, a estigmatiza e a rejeitada, enquanto se esquece do outro agente em questão, o chamado cliente ou aquele que prostitui (dependendo da ideologia), amparando-o como coletivo na invisibilidade, a normalidade e o anonimato.

*As mulheres têm
voz, mas não
espaço*

Em dita reflexão, não pode faltar também a implicação ativa dos homens, pois são agentes necessários para a manutenção deste fenómeno. Tem que se continuar a questionar como vivem a sua masculinidade e a forma de relacionar-se com as mulheres. Que papéis estão dispostos a jogar na luta contra a violência verbal, física, psicológica, sexual? Estão dispostos também a participar ativamente para conseguir uma igualdade real do género ou, pelo contrário, veem o avanço nessa direção como uma ameaça?

É preciso mudar o paradigma onde o mundo se organiza e a relação existente entre géneros. Se cada dia vai ganhando forças o holístico, se tudo está conectado, então as relações pessoais também o estão. É importante começar a ver um mundo mais conectado, mais feminino, mais de

acordo com a globalização do amor, da reciprocidade, do respeito.

É necessário levar até o fim um trabalho de sensibilização e conscientização de toda a população. A prostituição forçada e o tráfico com fins de exploração sexual entendidas como violência de gênero, não são só atos individuais, mas manifestam o tipo de sociedade que estamos a construir. Realmente temos assumido como sociedade que a prostituição forçada e tráfico humano é um assunto que nos incumbe a toda cidadania?

Como a família, a escola, as paróquias como primeiras unidades de socialização, educam as meninas e os meninos em igualdade de direitos, de repartimento de poder e responsabilidades de respeito mútuo? Que tipo de masculinidade e feminilidade é transmitido na infância como modelos idênticos e de integração positiva do outro?

Se como já foi dito, a linguagem não é neutra, teríamos que começar por analisar a linguagem que é utilizada quando se agride, as piadas que são contadas em relação às mulheres, etc., e perguntar-se se o que há por trás de certas expressões, simplesmente são uma rotina sem medir consequências nas pessoas que escutam? Ou pelo contrário, expressa de verdade a percepção que se tem da realidade e o posicionamento frente a ela?

Não partimos de zero.

Centenas de organizações e pessoas esforçam-se dia a dia para aliviar e superar esta situação. O trabalho voluntário e a solidariedade

Perante a invisibilidade dos “clientes”... Pelo menos os homens

A prostituição o tráfico humano são assuntos que nos tocam a todos os cidadãos

Prevenir é melhor que curar

são sumamente valiosos. A solidariedade ajuda, mas não alcança tudo. Os cortes que estamos a padecer enquanto sociedade estão a atingir de maneira extraordinária estas mulheres pessoalmente e como coletivo. Não se trata só de cortes sociais, mas também de cortes em direitos fundamentais que estão a exigir ir além da assistência.

Isto implica reconhecer que a participação é um direito a intervir na vida social e política do lugar onde se vive e desde aí, exigir do Estado nas suas diferentes demarcações, a gestão de uma realidade à qual tem que dar resposta, evitando a exclusão e com garantias de direitos fundamentais como são: o acesso à saúde pública e universal, a educação, a justiça gratuita, etc., de maneira que possam melhorar as condições de vida, combater os elementos ilegais e oferecer a devida proteção às vítimas.

As organizações, incluídas as organizações de mulheres que exercem prostituição e as diferentes confissões religiosas, têm uma contribuição central para que este desafio se concretize, pois são as que estão dia a dia vivendo de perto esta realidade e conciliando o realismo com a utopia, trabalhando por conseguir um presente e um futuro de mais vida e mais cidadania.

O nível de participação será diferente de acordo com as possibilidades pessoais e /ou de grupo. Certamente na cidade ou vila onde se vive, existem organizações que podem oferecer diferentes atividades para outras pessoas: voluntariado a diversos níveis, foruns de reflexão, debates, etc. E nos lugares onde não existam recursos de atenção, supõe um desafio à

A participação social é um direito

criatividade de quem se sente interpelado para implicar-se nesta realidade.

E os outros, o quê?

Antes de implicar-nos, bem pessoalmente ou como grupo, é preciso analisar a missão, visão e valores de cada uma das organizações e discernir qual é que nos parece que poderia estar a oferecer um melhor serviço de qualidade, tanto a respeito das mulheres como do seu nível de incidência na sociedade.

Analisar para compreender e decidir

Aqueles que realmente se sintam interpelados, mas não seja possível a sua implicação direta, têm sempre o recurso à bibliografia, às oportunidades que hoje oferecem as redes sociais, a internet ou a diálogos com pessoas que trabalhem neste campo, para fazer uma aproximação à realidade.

O importante é que toda a ação, pequena ou grande, produza um efeito multiplicador nos círculos de relação: família, trabalho, amizades, centros de estudos, etc. E se oriente a construir, efetivamente com outros e outras, um nós plural, soberano e cidadão que exija, concretize e amplie as políticas públicas e a justiça restauradora que as mulheres e crianças precisam. As que os seus direitos exigem. As que todos devemos: possíveis e urgentes.

Construir espaços de cidadania é tarefa de todos

6. Como conclusão: A ESPERANÇA

Isto não é nada utópico se o olharmos desde as relações interpessoais que Jesus nos ensinou e considerarmos que são universais pela carga de humanização que contribuem. Só desde a cultura

“samaritana” , de quem vai pela vida com os olhos abertos e percebe em profundidade o que sucede no seu caminho é capaz de desfazer-se das suas seguranças, das suas ideias preconcebidas para se aproximar das pessoas e para as perceber tal como elas gostariam de ser percebidas. Mulheres e homens que são capazes de tocar, colocar o azeite da compaixão nas feridas, deixar que as “pessoas feridas” ocupem o nosso espaço físico e o coração e assim ir implicando, como o samaritano fez com o estalajadeiro a outras pessoas. Assim, só assim, podemos cuidar da realidade destas mulheres e deixar que elas se convertam em bênçãos para nós.

É verdade que não se conseguirá de um dia para o outro, mas trata-se de um processo gradual e que é possível realizar. A nossa postura como crentes não pode ser de adaptação ao “status quo”, mas uma postura radical, que vai à raiz, que para nós é tanto como voltar ao Evangelho e, por isso mesmo, provocará uma nova ordem e uma relação fecunda entre o cuidado das pessoas, a justiça e a transformação social.

7. Bibliografia

ASSOCIACIÓN ASKABIDE (2008) *Perfil de clientes de prostitución en Bizkaia, Bilbao*, Mensajero.

COBO, ROSA (2011) *Hacia una nueva política sexual. Las mujeres ante la reacción patriarcal*, A Coruña. Los libros de la Catarata.

CORTINA, ADELA (1996) *Exclusión social y cristianismo*, Madrid, Nueva Utopía.

DEFENSOR DEL PUEBLO (2012) *La trata de seres humanos en España*, Madrid.

GIMENO, BEATRIZ (2011) *La prostitución*, Barcelona, Bellaterra.

GOBIERNO VASCO (2007) *Reflexión estratégica sobre el fenómeno de la prostitución en la CAPV*.

HERMANAS OBLATAS DEL SANTÍSIMO REDENTOR (2009-2012) *Estudio sobre prostitución y trata con fines de explotación sexual. Marginación, silencio y prostitución*, Madrid.

IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDENTOR. (2005) *Quem levou o meu Ser?* Lisboa. CLM/Divisão de Imprensa Municipal.

(2013) *Proposta pedagógica de acompanhamento às mulheres em situação de prostituição*, São Paulo, Felpa.

JULIANO, DOLORES. (2002) *La prostitución: el espejo oscuro*, Barcelona, Icaria.

LOPES, MAGDALENA Y MESTRE, RUTH. (2006). *Trabajo sexual. Reconocer derechos*. Valencia. La burbuja.

MIQUEL, ESTHER (2007) *Amigos de esclavos, prostitutas e pecadores*, Estella, Editorial Verbo Divino.

PAGOLA, JOSÉ ANTONIO. (2007) *Jesús Aproximación histórica*, Madrid, PPC.

PHETERSOJ, GAIL. (2000) *El prisma de la prostitución*, Madrid, Talasa.

VIDAL, MARCIANO (1993) “Los principios básicos de la ética feminista”, en *Razón y Fe*, nº 228, pág.: 147-166.

VITORIA COMERZANA, FRANCISCO JAVIER. (2013) *Una teología arrodillada e indignada*, Santander, Sal Terrae.

ética

cuadernos de
ética
en clave cotidiana



Fundación Europea para el
Estudio y Reflexión Ética



APOYAMOS
EL PACTO GLOBAL

C/ Félix Boix, 13 28036 Madrid
fundraising@funderetica.org
www.funderetica.org